

Intervenção da Secretária-Geral do WE Council no SPIEF e na CEM12

Angela Wilkinson foi convidada a intervir no 24th [St Petersburg International Economic Forum](#) (Rússia) que se realizou entre 2 e 5 de Junho, bem como no [Clean Energy Ministerial](#), que teve lugar no Chile de 31 de Maio a 6 de Junho.



Em ambos os eventos, Angela Wilkinson enfatizou o potencial do World Energy Council, enquanto entidade global, abrangente e independente, para promoção da segurança, sustentabilidade e acessibilidade da energia, uma acção que já é centenária. E realçou que, para o sucesso da transição energética, a actual focagem do WE Council na necessidade de cooperação entre todos os actores, incluindo os consumidores – objectivo condensado no programa intitulado Humanising Energy – evitando a dispersão de acções que gera ineficiências, o determinismo das políticas que obstaculiza a iniciativa e o abandono dos mais frágeis que gera injustiças. O seu *trigger-talk* proferido no CEM, intitulado ‘**Activating and involving the road builders and coordinating the road mappers**’, está disponível neste [link](#)



«When we [the WECouncil] first formed, back in the 1920s, the transitions to coal and oil were essential to save forests and whales and in ushering a new era of energy for peace. The subsequent transition to electrification and life at the ‘press of a button’ ushered in an era of energy for prosperity and better quality lives of billions of people worldwide. Our one hundred year heritage in managing energy transitions for peace and prosperity is the foundation for convening and cultivating the practical know-how and best practices needed in an era of energy for people and planet.

We exist to convene and support the new communities from all corners of the earth – the energy roadbuilders who are progressing energy transitions along multiple pathways. Being impartial and impactful is not easy, but it is what we do. »

Angela Wilkinson, Secretary General and CEO WE Council

Solar distribuído terá grande impacto na gestão e operação das redes de distribuição de energia



No passado dia 30 de junho, realizou-se mais uma edição do projeto [Energia em Debate](#) promovido pelo [Future Energy Leaders Portugal](#), desta vez numa sessão online dedicada à discussão do “[Potencial do Solar Distribuído](#)”. Nesta iniciativa, que contou com o apoio da Associação Portuguesa da Energia, foram oradores João Amaral, CTO da Voltalia, Alexandre Kisslinger, CEO da Acciona Energia Portugal, João Peças Lopes, Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Pedro Amaral Jorge, Vice-Presidente da APE e Presidente da APREN, que encerrou a sessão.

A integração prevista no PNEC 2030 de 2 GW de solar distribuído em Unidades de Mini e Microgeração e Unidades de Produção para Autoconsumo, necessária para o esforço de descarbonização, vai influenciar a forma como é gerida e operada a rede de distribuição de energia, não só pelo carácter não despachável da fonte solar, mas também por efeito dos comportamentos dos consumidores e das opções do lado da procura, nomeadamente por ocorrência de situações de inversão de fluxo. O aparecimento de comunidades de energia e do trading regional ou local, o papel do armazenamento e da digitalização e os riscos cibernéticos foram aspectos analisados pelo painel, também em resposta a perguntas da audiência, que atingiu cerca de 160 participantes. .

Concluída a 4ª edição do AMEG

Terminou, no passado dia 5 de julho a 4ª edição do [AMEG - Advanced Management in Energy](#), iniciativa da APE em parceria com a [AESE](#) que teve de novo como Director o Eng Francisco Vieira.

Esta edição, realizada em formato presencial com as condições de segurança requeridas pela situação de pandemia, contou com 22 participantes e teve a colaboração habitual dos associados da APE cujo domínio das questões energéticas constitui uma das mais valias do programa, juntamente com a perspectiva de gestão proporcionada pela AESE.

O último dia de trabalhos do curso contou novamente com uma palestra de encerramento proferida pelo Director-Geral de Energia e Geologia, Eng. João Bernardo.



Estados Unidos lançam *Energy Earthshots Initiative* para o Hidrogénio

O Departamento da Energia dos EUA lançou a **Energy Earthshots Initiative** visando acelerar descobertas que sejam transformadoras no panorama energético, para eliminar os obstáculos que ainda se colocam ao objectivo de conseguir energia limpa, abundante e economicamente acessível já no horizonte da presente década.



Alcançar esses objectivos é essencial para conseguir zero emissões líquidas de carbono até 2050, política adoptada pela actual Administração americana.

O primeiro alvo desta iniciativa é o Hidrogénio ([Hydrogen Shot](#)), dado o hidrogénio verde estar a ser reconhecido como um verdadeiro *game changer* que possibilitará a descarbonização de alguns sectores industriais altamente poluentes, ao mesmo tempo que criará postos de trabalho qualificados.

Numa acção que visa a redução na ordem dos 80% do custo do hidrogénio verde (isto é, passar dos cerca de \$ 5/kg para 1/kg), foi já lançada uma *Request for Information* (RFI) para seleccionar projectos e parceiros, numa gama de vertentes que inclui a produção, infraestruturas, utilizações finais, benefícios ambientais, desenvolvimento científico e efeitos sociais da transformação.

Nuclear: Microreactores terão futuro?

O Departamento da Energia (DOE) dos Estados Unidos está a apoiar o desenvolvimento de diversos conceitos para [microreactores](#) nucleares, bem como [pequenos reactores modulares](#), cuja construção poderá concretizar-se ainda esta década. Os reactores desta nova concepção serão construídos em fábrica e suficientemente compactos para possibilitar o seu transporte por camião, o que permitiria levar o abastecimento de energia a áreas isoladas ou de desastre, para distribuir calor ou produzir electricidade.

No que refere a segurança, estes reactores disporão de [sistemas passivos](#) capazes de prevenir qualquer sobreaquecimento ou fusão do núcleo, sem a necessidade de água adicional, energia ou mesmo acção de operadores.

O programa está a apoiar diversos conceitos para microreactores nucleares com potências entre 1 e 20 MW térmicos, bem como para pequenos reactores modulares.

Encontra-se em adiantado estado de desenho o [NuScale Power Module](#), um pequeno reactor modular avançado de água leve, capaz de gerar 60 megawatts de electricidade. Cada central pode abrigar até 12 módulos, que serão construídos em fábrica e terão cerca de um terço do tamanho de um reactor de grande escala.



NuScale Power Reactor Building

Net Zero by 2050: a Roadmap for the Global Energy Sector

No Relatório *Net Zero by 2050: a Roadmap for the Global Energy Sector*, publicado em Maio, a AIE propõe um percurso que permitirá a transição para um sector energético com zero emissões líquidas de carbono até 2050 – mediante requisitos exigentes de alteração da produção, do transporte e do uso da energia

O [Relatório](#) nota que os compromissos assumidos pelos governos, mesmo que sejam alcançados, são insuficientes para limitar a subida de temperatura a 1,5°C - objectivo que constitui “the greatest challenge humankind has ever faced,” segundo Fatih Birol, IEA Executive Director.

Para conseguir um sector energético neutro em carbono, segundo o estudo, não se deverão realizar, desde já, novos investimentos na área da produção de combustíveis fósseis, nem construir centrais a carvão sem CCS. Não se venderão carros com motor CI a partir de 2035, e o sector eléctrico deverá estar completamente descarbonizado já em 2040.

Para que isto seja possível, para além da implementação maciça das tecnologias limpas já existentes, é necessário realizar um esforço global que acelere a disponibilização de tecnologias inovadoras, ainda em fase de demonstração ou protótipo, que deverão assegurar a maior parte da descarbonização pós 2040. Os progressos a alcançar na área das baterias, electrolizadores para hidrogénio, captura directa de CO₂ do ar e armazenamento poderão ser determinantes.

O estudo também não ignora as incertezas, designadamente o papel que será assumido pela bioenergia, pelo CCS e, também, a nível social, pelos comportamentos. Coloca desafios de monta também ao aumento da eficiência energética a um nível de 4% ao ano até 2030, ritmo que triplica o conseguido nas duas últimas décadas, e não esquece a obrigação do processo de transição ser inclusivo, justo e seguro.

O Roadmap visa proporcionar informação para as negociações de alto-nível durante a COP 26 que se realiza em Glasgow, no mês de Novembro. Uma síntese dos principais aspectos do relatório pode ser vista neste [link](#).



Ferrovias: Iniciativas para a descarbonização dos transportes



O Pacto Ecológico Europeu ([Green Deal](#)), que visa a neutralidade carbónica da UE até 2050, estabeleceu a meta de 90% de redução de emissões para o sector dos transportes, responsáveis por um quarto das emissões GEE da UE.

Além da electrificação para substituição dos combustíveis fósseis, assiste-se agora uma maior atenção ao aspecto modal, nomeadamente a ferrovia, reabilitando linhas abandonadas há anos, modernizando o parque, liberalizando a oferta e criando novos serviços. A UE, através

da [Agência para a Ferrovia](#), está a promover a coerência das regras técnicas e de segurança entre os sistemas nacionais, por forma a conseguir a interoperabilidade do Sistema de Gestão de Tráfego e implementar o conceito da Área Única Europeia da Ferrovia.

Em Portugal, é exemplo da liberalização da oferta é o pedido da B-Rail – Mobilidade Ferroviária, empresa do Grupo Barraqueiro, para explorar ligações no eixo entre Braga e Faro em correspondência com o transporte por rodovia, um processo que, se for viabilizado pelo Regulador do sector, proporcionará mais opções aos utentes e competição, tendencialmente redutora de preços, prevendo a entrada em operação em 2023.

A nível europeu, por iniciativa da Alemanha, 20 países europeus assinaram uma declaração de intenções para reavivar o conceito Trans Europe Express criado nos anos 50 do século passado (TEE 2.0). Serão lançados pelo menos 15 projectos piloto de transporte internacional de passageiros por ferrovia em velocidade média-alta, capazes de constituir uma alternativa ao transporte aéreo em distâncias até 600 km.

O transporte ferroviário foi, aliás, assumido como uma das prioridades da Presidência Portuguesa da UE, que agora terminou, com o fito de colocar o caminho de ferro no centro de um sistema de transportes europeu mais resiliente e ao serviço das pessoas, aproveitando o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, em curso.

Legislar sobre o Clima: metas ambiciosas, trabalho pela frente***Nevin Alija Future Energy Leaders Portugal; U. Católica Portuguesa/ NOVA Law Green Lab***

A legislação sobre alterações climáticas constitui uma obra complexa e árdua, mas que vem sendo levada a cabo com crescente frequência pelos parlamentos, a nível mundial. Para se manterem a par das ambições do Acordo de Paris, os governos terão que rever, reavaliar e reforçar as leis e políticas existentes, ou introduzir novas leis que também abordem, nomeadamente, a monitorização, notificação e verificação dos compromissos assumidos. As leis-quadro climáticas podem servir de ponte entre ações a curto prazo e o objetivo a longo prazo, que todas as partes do Acordo de Paris estão empenhadas em alcançar.



Em Portugal, foi também considerado necessário apresentar iniciativas legislativas para adopção de uma Lei de Bases do Clima, como um instrumento para atingir a neutralidade climática até 2050, reduzir as emissões em 55% na Europa até 2030 e integrar a evolução do enquadramento europeu, que inclui doravante uma Lei Climática Europeia acordada pelo Conselho no final da Presidência Portuguesa. Optando por uma Lei de Bases, foi escolhido um instrumento que deverá definir as principais diretrizes que irão reger a legislação e a política climáticas, orientar a legislação complementar e estabelecer uma metodologia para que todos os sectores relevantes contribuam para o objetivo comum.

As discussões em torno da Lei de Bases do Clima podem ser consideradas tardias, uma vez que muitos outros países da UE já adotaram leis climáticas, mas podem revelar-se uma oportunidade de aprendizagem. As leis climáticas nacionais têm estado em constante desenvolvimento e refletem as escolhas dos governos dos diferentes países, assim como os sistemas energéticos, as sociedades e as economias das quais dependem.

O desafio de abrir caminho para o êxito da proposta de Lei, mais do que apenas conquistar a aprovação do público, será atingido se se abordarem claramente as questões das metas a atingir; o planeamento estratégico da proteção climática a curto, médio e longo prazos; o procedimento para o desenvolvimento de políticas climáticas sectoriais mais detalhado; a divisão e diferenciação de responsabilidades; a monitorização do progresso e, finalmente, o papel dos especialistas independentes.

Se usarmos estes elementos para argumentar sobre as atuais propostas legislativas, verificamos que, de um modo geral, elas vão além do que se pede a uma Lei de Bases. Se nos valermos das leis climáticas aprovadas por outros países, há uma tendência para estabelecer um quadro e simplesmente definir orientações para uma elaboração mais detalhada das políticas sectoriais, não sendo, contudo, incomum incluir alguns detalhes específicos.

Embora tendo consciência do tipo de instrumento escolhido, é necessário garantir que não existem incongruências com o restante quadro legislativo, o PNEC2030 e o RNC2050. Notem-se ainda os desafios de prever a integração efetiva dos planos locais/regionais e sectoriais e de assegurar que não haja sobreposição das competências com origem na lei ou na organização administrativa.

Há que reconhecer que as propostas marcam uma etapa particularmente atempada e têm pontos de convergência, sendo algumas mais aprofundadas que outras, mas importa enfatizar que o objetivo da Lei é criar um novo quadro que permita acompanhar as mudanças necessárias no sistema e fornecer um planeamento estratégico que suporte os desenvolvimentos futuros. Portanto, é muito importante que haja recetividade e focagem na avaliação científica independente, dada a natureza do problema das alterações climáticas, enquanto questão científica em evolução. Para isto, é essencial um Conselho Científico com funções de avaliação e de orientação dos órgãos políticos nas suas decisões sobre o clima e que, enquanto organismo externo, deverá rever dados sobre as emissões e eficácia das políticas.

A monitorização do progresso é um elemento essencial, a que os Estados-membros já se encontram vinculados através de obrigações internacionais. Assim, cabe à Lei responder claramente às questões relativas ao papel das agências e instituições públicas na execução e monitorização, quem será responsável por assegurar a transparência e avaliação independente e como será considerada esta última para a elaboração de futura legislação.

Finalmente, embora uma análise exaustiva de tudo o que deve ser feito para combater as alterações climáticas seja complexa, e porque constatamos que há quem esteja mais vulnerável à transição, a lei precisa de fazer referência à realização de uma transição energética justa, à luz do lema de não deixar ninguém para trás.

Missões exigentes colocam-nos a todos num nível de responsabilidade mais elevado e, embora não possamos ignorar que este é um desafio a que temos de responder coletivamente, incumbe aos nossos legisladores observar um nível de responsabilidade elevado, estabelecendo as linhas a seguir para que esta Lei responda ao apelo climático